



União Europeia
Política Regional

panorama

inforegio

34

Verão de 2010



Política regional – uma abordagem integrada

perspectiva de 360°

pt

EDITORIAL

Dirk Ahner

3

VISÃO GERAL

Uma abordagem integrada da política de coesão

4-5

ENTREVISTAS

Fabrizio Barca – Brian Robson

6-9

POR ESSA EUROPA FORA

Projectos em Portugal, Hungria, França, Polónia, Alemanha e Bélgica

10-13

A BAVIERA AO PORMENOR

Baviera: acções integradas ajudam áreas estruturais mais frágeis a atingir o seu potencial máximo

14-15

TERRENO COMUM

A integração em acção

16-17

À VOLTA DA EUROPA

Desenvolvimento urbano e política integrada – apoio comunitário ao desenvolvimento urbano

18-20

COMPONENTE ESPECIAL

As regiões ultraperiféricas – uma abordagem integrada

21

ASSUNTOS REGIO

Política de Coesão: no coração da Estratégia Europa 2020

22-23

POR DENTRO DOS NOSSOS PROJECTOS

No interior da Popakademie, Mannheim
No interior do Centre for NanoHealth na Universidade de Swansea

24-25

26-27

TRABALHO EM REDE

Partilha de ideias e dos resultados (RegioStars 2010, Open Days 2010, conferência anual do Urbact)

28

DATAS E EVENTOS – DÊ-NOS A SUA OPINIÃO



«Integração», «abordagem integrada», «decisões políticas integradas» – nesta edição da Panorama analisamos em profundidade estas palavras. Por exemplo, a interdependência das políticas significa que os sistemas de transporte não devem apenas abranger os serviços de passageiros, mas devem ter também em conta os factores ambientais, tal como a eficiência energética, os níveis de ruído e a poluição atmosférica.

Os efeitos da recente crise económica na UE tornam ainda mais urgente a elaboração de políticas nesta matéria. Para assegurar a saída da crise, a Comissão publicou a Estratégia Europa 2020, cujos vectores principais são:

- Crescimento inteligente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação.
- Crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais verde e competitiva.
- Crescimento inclusivo: promover uma economia de pleno emprego tendo como pano de fundo a coesão social e territorial.

Para atingir estes objectivos serão necessárias abordagens que permitam tirar partido da inter-relação das políticas.

A preparação da próxima geração de programas pós-2013 será a ocasião para ampliar a eficiência e a qualidade dos resultados da Política de Coesão. É importante aproveitar esta oportunidade para revermos a política e nos concentrarmos mais no impacto e nos resultados.

Com o intensificar do debate sobre o futuro da Política de Coesão, uma das questões que terá que ser tratada é a de saber como pode esta Política servir de quadro adequado para as soluções integradas, feitas à medida do conhecimento e preferências das pessoas, ao mesmo tempo evitando uma abordagem de solução única para todos os casos.

Esta edição da Panorama aborda a forma como a abordagem integrada está a ser desenvolvida no actual período, com uma incidência especial na Baviera, bem como noutros exemplos vindos de França, Alemanha, Hungria, Polónia e Portugal. A Eurometropolis, Lille-Kortrijk-Tournai está também a analisar ao pormenor a forma como esta Política está a ser aplicada à cooperação territorial.

A abordagem integrada tem tido igualmente bons resultados no contexto urbano, e neste caso o artigo «Desenvolvimento urbano e política integrada» demonstra como a Política de Coesão tem vindo a ajudar a promover um desenvolvimento urbano integrado.

As regiões ultraperiféricas da Europa também merecem a nossa atenção, porque têm frequentemente dificuldades em ultrapassar o facto de estarem afastadas dos centros de crescimento económico da Europa. Neste caso em particular, a abordagem territorial, que é inerente à Política de Coesão da Europa, pode desempenhar um papel especialmente importante.

Por último, dois peritos no terreno, o Professor Brian Robson da Universidade de Manchester (RU) e o Professor Fabrizio Barca, autor do relatório independente «Uma agenda para uma Política de Coesão reformada», desenvolvem as suas próprias opiniões sobre a abordagem da política integrada.

Espero que apreciem esta edição da Panorama e que sejam capazes de «integrar» algumas ideias e conceitos aqui apresentados no vosso próprio trabalho.

Boa leitura!

Dirk Ahner

*Director-Geral, Comissão Europeia
Direcção-Geral da Política Regional*

ABORDAGEM INTEGRADA DA POLÍTICA DE COESÃO

Nos últimos anos, o debate sobre a Política de Coesão da UE centrou-se nas vantagens enquanto «abordagem integrada» da elaboração das políticas. Mas o que quer isto realmente dizer? Nesta edição da Panorama, explicamos o que é a abordagem integrada.

Qual é a origem desta ideia?

A abordagem integrada remonta às origens da Política de Coesão europeia. Em 1957, quando os seis países fundadores assinaram o Tratado de Roma, o seu objectivo era «reforçar a unidade das suas economias e garantir o seu desenvolvimento harmonioso, através da redução das diferenças existentes entre as várias regiões e o atraso das regiões menos favorecidas». Este objectivo foi inspirado por uma preocupação de que algumas regiões menos desenvolvidas não seriam capazes de beneficiar de uma maior integração do mercado.

Os sucessivos alargamentos aumentaram substancialmente as disparidades regionais na UE. Em 1986, quando a Grécia, a Espanha e Portugal entraram para a União, a proporção de habitantes a viver numa região com um PIB per capita inferior a 30% da média da UE, subiu de 12,5% para 20%. Os dois últimos alargamentos aumentaram, de forma dramática, as diferenças regionais em termos de desenvolvimento, e reforçaram ainda mais a necessidade da elaboração de uma política que promovesse o desenvolvimento em todas as regiões.

O Tratado de Lisboa reconhece explicitamente a coesão territorial como um objectivo capital da União, além da coesão económica e social. Ora, isso obriga a que as questões relativas aos territórios e às políticas Comunitárias, incluindo os objectivos traçados na Estratégia 2020, tenham mais em conta o impacto da dimensão territorial.

A abordagem integrada realça o facto da promoção do desenvolvimento exigir uma coordenação rigorosa das políticas públicas. Por exemplo, tanto os investimentos em infra-estruturas, como na educação e inovação, podem contribuir para o desenvolvimento. Contudo, essa coordenação só pode realizar-se a nível regional, visto que os factores de crescimento variam muito entre as regiões. Resultado, a Política de Coesão assenta essencialmente em estratégias de desenvolvimento regional integrado.

Contexto actual

Nos últimos anos, a Política de Coesão da UE adoptou um novo modelo de desenvolvimento económico regional. Tendo evoluído de uma política que visava compensar as regiões pelo facto de serem desfavorecidas, para uma política concebida no sentido de melhorar o crescimento e a competitividade.

E é aqui que a abordagem integrada pode ser extremamente valiosa. Destacar uma área política, como por exemplo os transportes, não faz sentido sem que se tenha em conta as questões ambientais, sociais e outras dimensões económicas.

Estudos recentes revelam que o crescimento económico não depende simplesmente da disponibilidade de recursos, mas na forma como é feita a gestão efectiva de factores de crescimento interdependentes. Por exemplo, um relatório de 2009 da OCDE defende que as melhorias na infra-estrutura por si só não conduzem automaticamente a um maior crescimento. Contudo, quando combinada com outras melhorias na educação e na inovação, o impacto do investimento na infra-estrutura do crescimento ganha importância.

De igual forma, ainda que a investigação e o desenvolvimento se concentrem numa zona ou região específicas, isso não significa necessariamente que os benefícios irão ser sentidos pela região em questão. O desempenho de um sector numa região em particular pode muitas vezes estar relacionado com o desempenho numa outra região. A este respeito, as estratégias de desenvolvimento económico regional devem deixar de ser desenvolvidas de forma isolada.

De que maneira é que todos estes objectivos encaixam?

O objectivo de base da Política de Coesão da UE sempre foi o de promover um desenvolvimento harmonioso da União e das suas regiões. Neste sentido, contribui de forma importante para os três grandes objectivos estratégicos da Estratégia Europa 2020:

- Crescimento inteligente, aumentando a competitividade especialmente das regiões menos desenvolvidas;
- Crescimento inclusivo, promovendo o emprego e a melhoria do bem-estar das pessoas;
- Crescimento sustentável, protegendo e melhorando a qualidade do ambiente.

Novo centro de visitantes para o Teatro Romano de Mérida, Estremadura, Espanha

Integração e políticas territoriais

De que forma é que a abordagem integrada se encaixa numa política territorial, tal como a Política de Coesão? O trabalho quotidiano de implementação dos programas da Política de Coesão revela a necessidade de se trabalhar a vários níveis do Governo. Ao trabalhar mais de perto a nível europeu, nacional, regional e local, a Política de Coesão europeia pode reforçar a consistência e a sinergia entre diferentes políticas. E pode ainda contribuir para a disseminação das boas práticas.

A abordagem territorial realça ainda a necessidade de ter que se trabalhar com um sentido geográfico mais flexível que pode ser pequeno, no caso de se tratar de ilhas ou áreas urbanas, ou grande, como no caso das regiões metropolitanas ou das macro-regiões, tal como o Mar Báltico. Por exemplo, determinados programas da Política de Coesão podem ser estabelecidos com o objectivo de melhorar o acesso à banda larga em zonas de uma região, onde o retorno sobre o investimento necessário não é suficiente para motivar as empresas a agirem sozinhas. Outros programas poderão querer apostar numa dimensão multi-regional que lhes permita criar uma estratégia partilhada, relativamente a um domínio funcional. Seja qual for o caso, a vertente geográfica é sempre importante.

A integração tem os seus próprios desafios

Por último, é importante dizer que uma abordagem integrada também apresenta desafios para os que estão no terreno. A adopção de uma abordagem integrada orientada para o desenvolvimento económico regional exige que os decisores políticos explorem as estratégias que respondem às verdadeiras necessidades, sem caírem na relativa facilidade de utilização de recursos em sectores específicos.

Isto requer a definição de objectivos com base numa análise dos desafios que as próprias regiões enfrentam. Por exemplo, é essencial que seja considerado, até mesmo a nível nacional, o papel dos sistemas de transporte, no sentido de facilitar o cumprimento de objectivos económicos, sociais e ambientais mais vastos.

As estratégias locais não devem ser elaboradas de forma isolada, devem sim ter em conta estratégias que sejam aplicadas noutras áreas, tal como, por exemplo, regiões vizinhas. Neste caso, a Política de Coesão da UE possui experiência no apoio ao desenvolvimento de esquemas de coordenação transregionais necessários para ajudar as regiões da UE a interagir e explorar as suas sinergias. Por outras palavras, uma abordagem integrada, com a coordenação das acções entre áreas de intervenção, atingirá melhores resultados do que as iniciativas individuais.

« Uma abordagem integrada também apresenta desafios para os que estão no terreno. »



Estação do Oriente, Lisboa, Portugal

FABRIZIO BARCA

O Dr. Fabrizio Barca é Director-Geral no Ministério das Finanças e da Economia em Itália.



O Dr. Barca é conselheiro especial da Comissão Europeia, professor universitário de Ciências Políticas e escreveu extensivamente sobre a governação das empresas e a história de Itália.

No seu relatório sobre o futuro da Política de Coesão, descreveu a Política como sendo «localizada». Sendo assim, de que forma uma abordagem integrada de elaboração das políticas se encaixa neste conceito? Existe alguma relação entre estas duas maneiras de analisar a elaboração das políticas?

Uma abordagem «localizada» é uma política estratégica cujo objectivo é a promoção do desenvolvimento a partir de fora (do local), através de intervenções feitas à medida do contexto. A integração entre diferentes intervenções sectoriais é uma componente da elaboração das políticas ditas «localizadas», juntamente com os contratos, a governação a vários níveis e os sistemas de parceria.

A integração exige uma abordagem localizada, visto não ser possível integrar diferentes intervenções sectoriais de outra forma que não seja a nível do terreno. Pode existir cooperação sectorial nas capitais de uma Federação, de uma nação ou região, mas a integração será meramente teórica. Só a nível do projecto é que se pode ter em consideração a especificidade de um determinado local e compreender, que só a combinação de «quatro elementos distintos simultaneamente» pode resultar.

No seu relatório intitulado «A União e a Política de Coesão – perspectivas de futuro» sublinha uma série de desafios que a UE terá que enfrentar, designadamente os desafios naturais, económicos e sociais. Pode explicar-nos de que maneira uma abordagem integrada destes temas pode ajudar e por que razão?

Há várias razões que o explicam, em particular três. A primeira é o facto destes desafios a que me refiro serem, por natureza, localizados. Tanto os desafios climáticos, como a migração, assim como a necessidade de inovação, por exemplo, são questões que apenas podemos realmente ver a nível do terreno.

A segunda razão vem no seguimento desta última: para se poder responder aos desafios actuais, é necessário combinar os conhecimentos básicos e universais, que não se baseiem num contexto específico, com o conhecimento intrínseco dos agentes que operam a nível local. É ainda necessária a experiência local, e também uma abordagem capaz de tirar partido dela.

O terceiro elemento está relacionado com os resultados. Sabemos que tanto nos EUA, como Europa, para que as políticas sejam efectivas é preciso nunca concluir que foi encontrada a solução definitiva. E isto porque não existem soluções definitivas. Contudo, por muito efectiva que seja uma política, depressa deixará de o ser, porque as pessoas aprenderão sempre uma maneira de a contornar. Daí que a experimentação seja essencial para abordar, resolver e aplicar uma política – sendo a experimentação entendida como uma política que permite às pessoas experimentar soluções e fazer o seu acompanhamento, criticar e manifestar-se a favor ou contra a mesma. Também neste caso, uma abordagem dita localizada é a política certa para se fazer a experimentação.

Refere-se à necessidade de se fazer uma distinção, mais clara e explícita, entre intervenções das políticas que visam o aumento dos rendimentos e o crescimento, e as que visam a redução das desigualdades. Mas não é isso contrário a uma abordagem integrada?

Os objectivos de qualquer política de desenvolvimento são a equidade e a eficiência: inclusão social, que se refere a aspectos multidimensionais do bem-estar humano, e a utilização total da capacidade, que é o vector da eficiência. A pergunta que coloca é: «É ou não verdade que as causas do fracasso da política social também explicam o fracasso na utilização total da capacidade?»

Escusado será dizer que num lugar onde as instituições e a capacidade são fracas, as oportunidades para os inovadores puderem emergir é limitada e a tendência é, em vez disso, para a «velha guarda» permanecer no seu posto, levando à estagnação institucional.

Uma política localizada, devidamente utilizada, contribuirá para mudar as instituições e terá um efeito na inovação – mas apenas a longo prazo. Mas, apesar da causa poder ser a mesma,

« A integração exige uma abordagem localizada »

não será com o aumento da inclusão que necessariamente se melhorará a capacidade ou vice-versa. Há muito que escondemos a agenda social por detrás da agenda da eficiência, e afirmamos poder cumprir as duas simultaneamente. Mas isso, não é verdade.

Além disso, e mais importante, também não se pode dizer que as intervenções que melhor respondem a um problema sejam as mais indicadas para resolver outros. Um exemplo concreto: imagine uma região que sofre porque dispõe de um mau sistema de educação e está a investir fundos regionais para melhorar a qualidade do ensino que oferece. Lá estarão os 20 melhores, excelentes estudantes universitários com alto potencial que precisam dos cursos que lhes são oferecidos para melhorarem exponencialmente. E a seguir, está a maioria dos alunos que abandona a escola aos 16 anos, sem qualificações.

Para onde se canaliza o dinheiro? Se investir nos alunos mais bem preparados academicamente, e nas suas oportunidades e ideias, assegura-se um impacto positivo em termos de investigação e inovação num curto espaço de tempo. E aumentará a competitividade da região. Se investir nos alunos que abandonam a escola, com poucas qualificações, não estará a contribuir para a inovação na região, mas sim, e em grande medida, para a inclusão social, porque estes jovens serão melhores cidadãos daí a dois ou três anos e estarão numa melhor situação, bem como os que os rodeiam.

O desenvolvimento inclui estes dois elementos e a Política de Coesão também, mas ambos devem ser tratados através de intervenções separadas e claramente definidas que devem ser explicitamente dedicadas a um, ou a outro elemento.

Há ainda mais uma razão para proceder desta maneira que tem a ver com o cumprimento dos resultados. Se afirmamos que estamos a desenvolver ambas as políticas simultaneamente, os administradores públicos a nível local não dirão claramente quais os objectivos que definiram. Dessa forma, fogem ao acompanhamento e controlo dos seus resultados. Ao fazer uma distinção clara entre os vários objectivos, podemos ver o que se passa muito mais facilmente.

A avaliação está actualmente em análise – será a elaboração das políticas integradas mais difícil de avaliar?

A resposta honesta é «sim» – a avaliação de impacto, quantitativa, rigorosa e hipotética é mais difícil devido à integração, já que, por definição, a integração de diferentes intervenções sectoriais significa que as intervenções incluem várias componentes. Para se poder aumentar as oportunidades para as crianças numa zona com dificuldades, deve ser criado um pacote que inclua a qualidade do ensino, a segurança das crianças na escola e na rua, a mobilidade, e por aí adiante.

A avaliação de pacotes apresenta igualmente um problema: nunca se sabe qual das componentes funciona, fica-se com a resposta de que o pacote funcionou, mas continua a querer saber por que razão e como exactamente? Será que um dos elementos não poderia ter sido realizado sem os outros?

É de facto mais difícil, mas a experimentação – permitida numa abordagem localizada – é a resposta, porque promove a discussão aberta e franca com todos os que estão no local. É um laboratório colaborativo em tempo real, com margem de manobra.



BRIAN ROBSON

Brian Robson é Professor Honorário na Universidade de Manchester.



Graças à criação em 1983 do Centro de Estudos de Política Urbana (CUPS), o Professor Robson tem conduzido uma série de trabalhos de investigação para o Governo para avaliar a política urbana e regional.

Qual é o valor acrescentado em adoptar uma abordagem integrada no âmbito do desenvolvimento económico regional?

Dois aspectos da integração podem contribuir para o êxito do desenvolvimento económico. O primeiro é relacionar os vários «domínios» da economia. Habitação, transporte, emprego, qualidade do ambiente e um sem número de elementos sociais, todos interagem e afectam o desenvolvimento económico. Apesar disso, e por razões administrativas, os elementos relativos à governação estão em geral divididos em vários domínios. O desenvolvimento de prioridades comuns entre estas divisões nunca é fácil, já que cada uma tem os seus objectivos, prioridades e orçamentos próprios. Ainda assim, o desenvolvimento económico regional precisa de identificar de que forma estes elementos separados institucionalmente interagem entre si. As principais ligações entre os mercados de trabalho e os mercados habitacionais são uma plataforma vital para a economia. O que, por sua vez, reforça a necessidade de envolver as políticas de transporte – área em que nem todos os Estados-Membros têm sido bons.

Uma segunda vantagem é deixar um lugar de relevo na agenda. O desenvolvimento económico força-nos a tornarmo-nos geógrafos e a reconhecer a importância do local. No RU, as agências regionais inglesas estão actualmente a tentar integrar anteriores estratégias económicas disjuntas, que se caracterizavam por não incidirem num local específico, e estratégias espaciais que incluem a política da habitação. Mas isto não é fácil. Força os decisores políticos a identificar a geometria mais relevante e a ser mais selectivos em relação às prioridades de investimento. A integração das estratégias económicas e espaciais torna difícil virar as costas às prioridades. Para além de evidenciar a importância de uma geometria de cidade-região, em vez de geografias administrativas baseadas em distritos ou regiões formais. As cidades-região são mais adequadas já que são definidas em termos funcionais, para reconhecer a área ocupada pelas principais cidades que são as impulsionadoras das economias pós-era industrial.

Que papel é que uma abordagem integrada pode ter na competitividade urbana, se tivermos em consideração o desenvolvimento relativo de Liverpool e de Manchester?

A competitividade urbana introduz um terceiro aspecto à integração: ligar o sector privado, público e voluntário através de parcerias. Manchester tem feito um excelente trabalho nesta matéria. No cerne da sua abordagem de se reinventar está uma série de parcerias público-privadas fortes. Muitos dos seus principais desenvolvimentos devem-se a organismos criados para trabalhar juntamente com o município e que incluem pessoal do sector público e privado. Estas estruturas dão aos investidores potenciais mais confiança, em relação à lógica comercial e à velocidade exigida nas tomadas de decisão. O exemplo mais emblemático foi o organismo criado para gerir a reconstrução da zona central depois de ter sido bombardeada em 1996. O trabalho foi realizado graças à assistência de pessoal do município e proveniente de investidores e promotores privados. A reabilitação do centro foi feita num espaço de tempo muito curto e impulsionou a oferta de lojas e de escritórios no centro de Manchester, numa altura em que tinha aberto as portas um enorme centro-comercial fora da cidade que, sem estas obras, teria afectado a dinâmica comercial do centro.

O relançamento económico de Liverpool, só aconteceu nestes últimos anos e de forma menos segura. Este facto deve-se em parte ao fraccionamento da sua governação política mais instável. Muitos dos políticos locais recusaram-se trabalhar com o sector privado e as parcerias para o desenvolvimento eram escassas. Daí as enormes somas que foram canalizadas para a cidade ao abrigo do Objectivo 1 terem no início resultado meramente numa estase, já que as partes em competição se lançaram numa corrida a uma fatia do bolo. Tudo isto faz agora parte do passado. Liverpool começou a atrair novos investimentos e as perspectivas económicas são menos cinzentas. Se a cidade tivesse optado por desenvolver as prioridades através de parcerias integrativas sólidas, a sua recuperação poderia ter acontecido há mais tempo, em vez de estar a acontecer a meio de uma recessão. Contudo, não deve ser dada demasiada importância à sua anterior falta de integração. Tal como todas as cidades a viver um impasse, também Liverpool padece da sua localização: afastada da Europa e com uma zona de influência limitada porque a sua localização costeira restringe a presença da sua cidade-região a 180°.

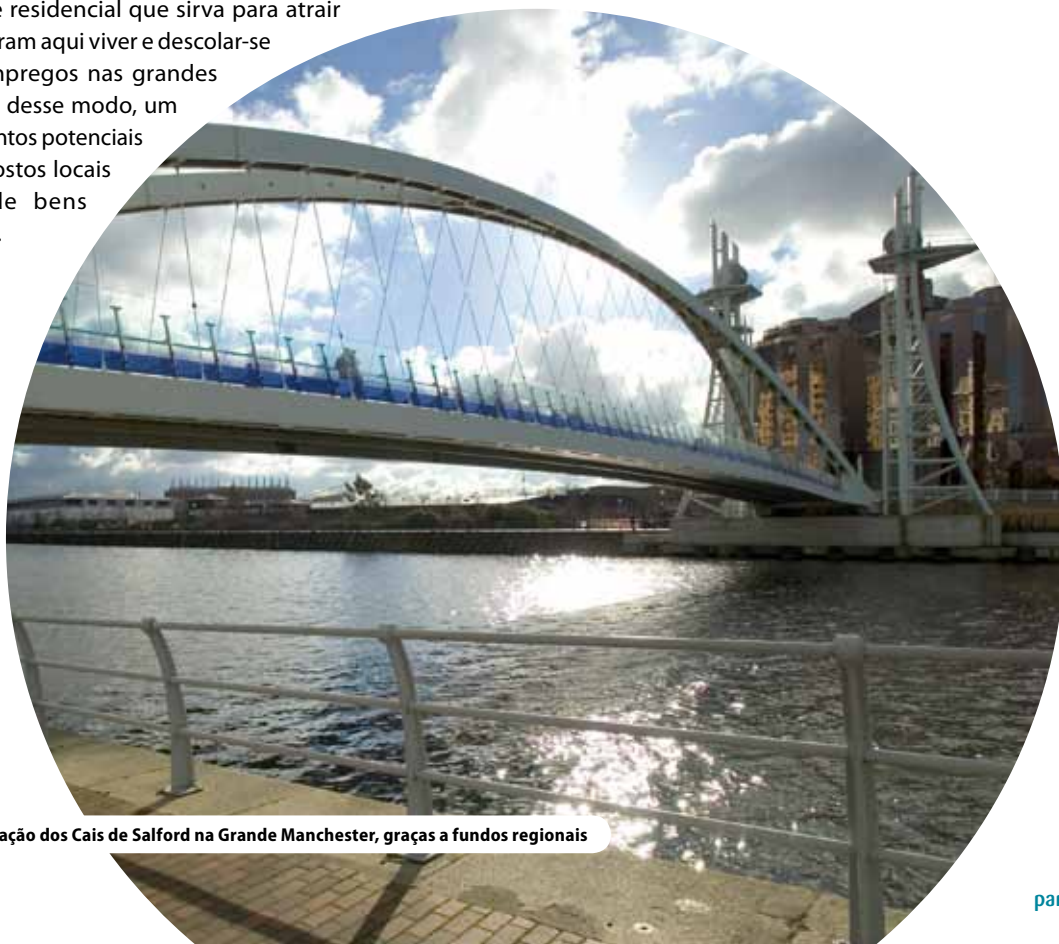
Em seu entender, acha que a Política Regional europeia se deve concentrar apenas na redução das desigualdades, ou deve abordar a questão do crescimento e da competitividade?

A redução das desigualdades é essencial, mas é importante ligar as zonas desfavorecidas aos locais mais prósperos e competitivos. Pode apenas tratar-se de uma questão de simples acesso físico e de melhorar as ligações de transporte às áreas de emprego; ou então de adequar as competências às necessidades dos empregadores locais; ou atrair famílias mais ricas para áreas menos prósperas. Por conseguinte, um dos desafios para a Política é de criar uma ligação entre zonas pobres e zonas em crescimento, com base numa variedade de escalas espaciais – local, sub-regional, regional. Muitas vilas e regiões vêem-se como ilhas – talvez compreensível para um político com uma «porção» para defender – em vez de fazerem parte de uma área funcional mais vasta. Também neste caso, uma perspectiva de cidade-região ajuda. Por exemplo, num contexto inglês, a estratégia mais plausível para algumas vilas empobrecidas, que no passado viviam de um sector industrial, assenta menos nas tentativas para recriar uma base industrial, e mais na criação de um *stock* habitacional e num ambiente residencial que sirva para atrair famílias que queiram aqui viver e descolar-se para os seus empregos nas grandes cidades; criando, desse modo, um fluxo de rendimentos potenciais através dos impostos locais e patrocínio de bens e serviços locais.

« A integração das estratégias económicas e espaciais, torna difícil virar as costas às prioridades. »

Que exemplos de reabilitação bem-sucedida é que conhece, e que sejam o resultado de uma abordagem integrada?

A zona Este de Manchester é o exemplo perfeito. O desaparecimento da sua base de indústria pesada deixou a zona desprovida. Mas uma série de iniciativas do município, financiadas em grande medida pelo Governo, orientadas para a zona durante vários anos, permitiu a criação de uma fonte de recursos virtual única, apesar dos fluxos de dinheiros terem sido retirados a diferentes departamentos. A zona ainda enfrenta desafios, mas já levou a cabo mudanças notáveis. Os ingredientes secretos foram: longevidade – combater os problemas de forma consistente durante décadas; escala – uma zona de mais de 1 000 hectares que lhe dá relevância política; participação da comunidade – com um programa inicial de verdadeira consulta local e envolvimento; empenho – com pessoal capaz, e sem rotação; e abrangência – combatendo de forma simultânea os problemas nos domínios do emprego, da escolaridade, da habitação, da saúde e do crime.



Reabilitação dos Cais de Salford na Grande Manchester, graças a fundos regionais

A Panorama visita projectos em Portugal, Hungria, França, Alemanha, Polónia e um projecto franco-belga para conhecer as diferentes formas de desenvolvimento integrado na prática.



Clusters criativos – criatividade como força motriz

Óbidos, em Portugal, é um destino turístico concorrido, bem conhecido pela sua arquitectura medieval. Esta pequena cidade pitoresca, e seus arredores, fervilham de criatividade: um *cluster* criativo está a fornecer a região com novas ideias de negócio, que por sua vez têm um impacto na economia rural tradicional.

O Convento de São Miguel em Óbidos foi renovado e acolhe agora o ABC - sistema de apoio, uma organização que oferece apoio de base a empresários criativos. *Design*, turismo, publicações ou joalheria – diversos perfis são aqui reunidos debaixo do mesmo tecto.

«O trabalho [...] baseia-se numa ideia essencial: devemos inovar e desenvolver projectos únicos quando se está numa região pequena e deprimida,» afirma Telmo Faria, Presidente da Câmara de Óbidos. O projecto de «clusters criativos» está agora a por esta ideia em acção, estimulando a criatividade nas pequenas cidades, no sentido de promover a actividade cultural e económica, uma abordagem usada em geral pelas grandes cidades.

Embora o objectivo principal seja a promoção do empreendedorismo, a abordagem integrada tem impactos importantes, i.e. para a economia do conhecimento ou regeneração das áreas circundantes. A criação de galerias, restaurantes temáticos e escolas especializadas e a organização de *workshops* ou feiras de comércio andam de mãos dadas com os desenvolvimentos em sectores como o turismo, a gastronomia, a agricultura e o mobiliário, que fazem parte da economia local desde há muito.

O conceito está a ser posto em prática em 10 localidades parceiras que fazem parte de uma rede liderada por Óbidos.

CLUSTERS CRIATIVOS – FINANCIAMENTO

Orçamento total do projecto: € 709,337
Contribuição FEDER: € 532,380

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍLIO:

<http://urbact.eu/en/projects/innovation-creativity/creative-clusters/>



Bairro de Magdolna, Budapeste: dar prioridade à comunidade local

Ajudar as pessoas a ajudarem-se a si próprias – este é o princípio subjacente do projecto do bairro de Magdolna. Projecto que incide na vertente social, económica e ambiental e que envolve os habitantes em todas as suas fases.

O Bairro de Magdolna (Józsefváros district), uma das áreas mais pobres de Budapeste, caracteriza-se pela alta taxa de desemprego dos seus habitantes e nível de crime elevado, e também pelas más condições de habitação. Em 2005 foi lançado um projecto com o objectivo de inverter esta situação. Tudo começou pelo pressuposto de que para melhorar as condições de vida era necessária uma abordagem integrada, tendo em conta os três elementos básicos da revitalização urbana (sociedade, economia e ambiente).

E quem melhor do que os próprios habitantes para por esta ideia em prática? Ao envolvê-los na concepção e execução das várias medidas, minimizava-se o risco dos objectivos não serem atingidos.

O projecto de renovação da Praça de Mátyás, cujo objectivo era dar uma função comunitária/de construção à Praça, é um exemplo de como esta ideia foi posta em prática. Os planos foram discutidos em reuniões no terreno juntamente com os habitantes, foram realizadas sondagens durante a fase de concepção, e os alunos de uma escola local criaram «bancos em montículos» que foram, em seguida, colocados na Praça. O projecto incluiu ainda a reorganização do trânsito, a construção de um lavatório público, a criação de uma área pedonal e a abertura de um centro comunitário numa antiga fábrica de luvas com vista para a Praça.

O programa representa a primeira experiência na Hungria em termos de reabilitação de uma área urbana, com o envolvimento directo dos habitantes e com a integração das vertentes social, cultural e técnica.

PROJECTO DO BAIRRO DE MAGDOLNA – FINANCIAMENTO

Orçamento total do projecto: € 8 180,047
Contribuição do FEDER: € 7 218,733

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍLIO:

<http://www.rev8.hu/>





Ilha-de-França: construir um futuro mais verde

O sector da construção ecológica tem vindo a emergir com uma solução que encaixa na perfeição na zona de Seine-Aval. Ao promover este sector crucial, está-se a resolver toda uma série de questões inter-relacionadas de que a região padece.

A zona de Seine-Aval, situada a montante do rio Sena a noroeste de Paris, tem vindo a sofrer com a saída das indústrias, e consequente perda de postos de trabalho, bem como com uma dissonância entre empregos e competências. Ora, esta situação tem como resultado a necessidade das pessoas terem que ir trabalhar para fora da região devendo fazer quotidianamente o percurso de ida e volta.

O sector da construção ecológica veio dar uma resposta às necessidades e desenvolver as vantagens da região: estão a ser criadas condições favoráveis graças a planos de construção de 2 500 novas casas por ano, a partir de 2010, bem como de novas directrizes sobre eficiência energética dos edifícios. Entre as vantagens, está a existência de um número elevado de pessoas à procura de emprego, um número elevado de empresas do sector da construção e a proximidade do rio. O impacto positivo é o facto da imagem das profissões do sector da construção receber um impulso através da sua ligação às novas tecnologias.

Graças ao financiamento disponibilizado no quadro do projecto europeu de desenvolvimento integrado, foi concebido um pacote único composto por instalações para a formação, serviço de aconselhamento a empresários e medidas no sentido de estimular a procura. A «Agência para a Construção Ecológica» abriu as portas em Junho de 2009. Aqui se encontra o instituto de formação da construção ecológica (IFECO), um dos primeiros do género na região.

Foram ainda envidados esforços para estimular a procura no sector da construção ecológica. Neste sentido, foram lançadas campanhas de sensibilização, medidas regulamentares que passam a incluir a utilização da madeira na lista de materiais de construção, entre outras.

«O Instituto está a ter um efeito de alavanca,» diz Jean-Marie Ripart, Director responsável pelo desenvolvimento económico e emprego na *Communauté d'Agglomération Deux Rives de Seine*, organismo que executa o projecto. «Está a preparar a população para o mercado de trabalho do futuro.»

**PROJECTO EUROPA EM SEINE-AVAL –
FONTES DE FINANCIAMENTO (2007–2013)**

Fundos regionais:

FEDER: € 12 milhões

FSE: € 4 milhões

Outras fontes:

FEADER: € 1.07 milhões

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

<http://www.europeidf.fr>



Capital de inovação: orientar a investigação do laboratório para o mercado

O Fundo de Investimento de Capital gerido pela Agência de Desenvolvimento Regional Małopolska (MARR), na Polónia, está a forjar a ligação entre investigadores locais e empresários.

Graças a vários estabelecimentos de ensino superior, escolas de negócios e institutos de ciências, o sector da I&D está entre os principais activos da região, tal como foi confirmado pelos indicadores, entre eles, o número de patentes registadas. O Fundo foi criado com o intuito de fazer uso deste potencial e aproveitar os benefícios provenientes de novas ideias. O que implica a transferência de novas tecnologias das unidades de investigação para o mercado.

A lista de sectores que beneficiam de apoio financeiro é longa: os projectos no domínio das TIC, energias renováveis, protecção do ambiente, tecnologias na área da saúde, engenharia médica e farmácia podem candidatar-se aos fundos.

Os benefícios para a região não são apenas económicos; a sociedade da informação, os serviços ambientais e de saúde são uma aposta, ao mesmo tempo que se cria um núcleo de instalações de ensino e de investigação. Ao integrar diferentes vertentes, consegue-se uma melhoria das condições de vida gerais.

«Graças ao Fundo, preparamos o terreno para o desenvolvimento regional do conhecimento e das inovações», afirma Anna Welmińska, especialista em pré-incubadoras na MARR.

O financiamento é feito em duas fases: na fase da pré-incubação que inclui a selecção dos projectos, auditorias à tecnologia e a escolha de um investidor privado. Seguida pela fase de investimento do capital.

O valor máximo das acções está limitado a € 200.000. Até hoje 40 pessoas beneficiaram do fundo, incluindo cientistas, investigadores e empresários.

**FUNDO DE INVESTIMENTO DE CAPITAL – FINANCIAMENTO
(2009–2013)**

Orçamento total: € 6 943,911

Contribuição FEDER: 85 %

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

<http://www.marr.pl/>



**EUROMÉTROPOLE
EUROMETROPOOL**
LILLE • KORTRIJK • TOURNAI

Ponto de encontro de diferentes culturas: o Eurometropolis Lille-Kortrijk-Tournai

Facilitar a vida dos habitantes do triângulo transfronteiriço formado pelas cidades de Lille, Kortrijk e Tournai foi a ideia de base para a criação da Eurometropolis.

O «Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial» (AECT), criado em 2008, abrange a conurbação de Lille (Norte de França) e as cidades belgas de Kortrijk (Flandres) e Tournai (Valónia). Várias linhas de divisão cruzam esta aglomeração: cobre três regiões em dois países onde se falam duas línguas diferentes (francês e neerlandês).

Ficou provado que a integração dos diferentes aspectos do desenvolvimento territorial é uma ferramenta concreta para eliminar as barreiras nesta zona. «Trata-se de uma região com uma longa tradição de trocas transfronteiriças a vários níveis,» explica Céline Deléglise, Responsável de Comunicação na Eurometropolis. «Contudo, ainda existem barreiras que precisam de ser eliminadas. O nosso desafio é fazer com que estas culturas se encontrem. [...] Estamos a trabalhar no sentido de promover os intercâmbios económicos, sociais e culturais.»

A estrutura que foi criada para cumprir este objectivo conta com a participação de representantes do mundo político, sociedade civil e peritos das diferentes regiões. Foram ainda criados seis grupos de trabalho temáticos, cujo objectivo é desenvolver a Eurometropolis. Estes grupos abordam questões de desenvolvimento, mobilidade, estratégia territorial, serviços às populações, turismo e cultura.

O trabalho realizado já começou a fazer a diferença na vida quotidiana das pessoas. Bilhetes de comboio mais baratos entre Lille e Kortrijk e a abertura de uma linha directa entre Kortrijk e Tournai, poupando aos passageiros que fazem este percurso, tempo e dinheiro. O mercado de trabalho transfronteiriço foi impulsionado graças à maior mobilidade. Este mercado beneficia ainda de uma feira de empregos transfronteiriça anual onde empresários e as pessoas à procura de emprego das três regiões têm a oportunidade de se encontrar. Em 2010, a feira decorrerá a 28 de Outubro em Kortrijk.

A visita aos pontos de referência do outro lado das fronteiras regionais, nacionais ou linguísticas é agora mais fácil, graças à publicação de um mapa turístico transfronteiriço. Há ainda planos para a publicação de uma agenda cultura comum.

As preocupações sociais estão também na lista dos decisores políticos da Eurometropolis. Entre os objectivos está a criação de lares para idosos: «Precisamos de eliminar as barreiras para se poder atender à procura,» diz Céline Deléglise. Este trabalho envolve, não só, os aspectos administrativos de admissão, como também a disponibilidade de pessoal de prestação dos cuidados com competências linguísticas.

As questões linguísticas são uma preocupação de ordem geral, mas em calha, estão já medidas no sentido de as ultrapassar. O Projecto Transfrontalia, elegível ao financiamento regional no quadro do programa Interreg IV da UE, serve para promover a aprendizagem e uso de ambas as línguas nas três regiões.

O triângulo Lille-Kortrijk-Tournai representa a maior aglomeração transfronteiriça da Europa – esta área heterogénea tem mais de 2 milhões de habitantes e estende-se por mais de 3 550 km². No projecto participam 145 municipalidades e 14 autoridades públicas a nível nacional, regional e local.

O valor máximo das acções está limitado a € 200.000. Até agora, 40 pessoas, incluindo cientistas, investigadores e empresários beneficiaram do fundo.

O QUE É UM AECT?

O «Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial» (AECT) é um instrumento legal directamente aplicável a todos os Estados-Membros da UE desde 1 de Agosto de 2007. O objectivo deste instrumento é contribuir para melhorar a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, permitindo às autoridades regionais e locais o estabelecimento de estruturas de cooperação com uma personalidade jurídica. A Eurometropolis Lille-Kortrijk-Tournai é a primeira do género.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

<http://www.lillemetropole.fr/>

Desenvolvimento urbano integrado em Leipzig: a construção de uma história de sucesso

A cidade de Leipzig, situada a leste da Alemanha, transformou-se radicalmente nestas últimas décadas. A taxa de desemprego diminuiu e a qualidade de vida aumentou em geral, além do número de habitantes ter aumentado reflectindo esta tendência. A aplicação da Carta de Leipzig para um desenvolvimento urbano integrado serve de ponto de partida deste processo.

A Carta foi adoptada em 2007 durante uma reunião ministerial formal em Leipzig, e pretende servir de plataforma para o desenvolvimento sustentável das cidades na Europa. O processo de acompanhamento começou em 2008 com a elaboração de um “quadro de referência para as cidades sustentáveis”. Os grupos de trabalho LC-FACIL e URBACT de seis cidades foram criados com o intuito de servir de “laboratório local de ensaio” para este trabalho a nível da UE.

Enquanto parceiro líder da iniciativa, a cidade de Leipzig tem uma experiência considerável para oferecer: esta experiência foi conseguida após uma década de reabilitação de zonas desfavorecidas graças a medidas integradas que levaram a cidade a desenvolver em 2009 o “Conceito de Desenvolvimento Urbano Integrado” para toda a área. A quantidade de conceitos específicos abrangidos por este quadro dá já uma ideia da complexidade deste tipo de estratégia de desenvolvimento – desde a habitação, ao mercado de trabalho, espaços verdes, educação, cultura e tráfico automóvel, só para mencionar alguns. Graças à definição de objectivos interdisciplinares e de prioridades espaciais, foram atingidas melhorias significativas.

Hoje em dia, a cidade atrai muitos jovens adultos graças à melhoria das condições de vida e à dinamização do mercado de trabalho. Mas este processo integrado precisa de ser levado mais longe: a continuidade entre estratégia e acção precisa de ser garantida numa base diária. Os mecanismos de avaliação e de fiscalização são as ferramentas para uma sustentabilidade a médio e longo prazo.

Centro de Leipzig

LC-FACIL – FINANCIAR O DESENVOLVIMENTO E FASE DE EXECUÇÃO (2009–2011)

Orçamento total do projecto: € 299,240

Contribuição FEDER: € 228,727

Co-financiamento público e outras fontes: € 70,513

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

<http://urbact.eu/en/projects/disadvantaged-neighbourhoods/lcfacil/>

BAVIERA: ACÇÕES INTEGRADAS AJUDAM ÁREAS ESTRUTURAIS MAIS FRÁGEIS A DESENVOLVER O SEU POTENCIAL MÁXIMO

A BAVIERA É O MAIOR ESTADO FEDERAL DA ALEMANHA. É A SEGUNDA REGIÃO EM TERMOS DE POPULAÇÃO E TEM UM PIB MUITO ACIMA DA MÉDIA DA UE.

«Os fundos regionais na Baviera caracterizam-se por estar orientados para as áreas mais debilitadas em termos estruturais, predominantemente rurais, do Leste da Baviera: a Alta Franconia, o Alto Palatinato e a Baixa Baviera recebem 60% dos fundos FEDER,» afirma Martin Zeil, Ministro dos Assuntos Económicos da Baviera.

Nestas áreas, as medidas integradas são vitais para a diminuição das fragilidades estruturais. É prestada uma especial atenção às ligações entre as cidades e as zonas rurais adjacentes para se criar um efeito dominó para além dos centros urbanos. A interacção entre factores, como os recursos naturais e humanos, padrões industriais, inovação, desenvolvimento urbano e infra-estrutura é influenciada de forma a beneficiar todos os actores regionais.

A área de Munique, estruturalmente forte, e à margem das medidas descritas acima, recebe fundos para acções integradas através de iniciativas de cooperação internacionais.

Os exemplos que se seguem mostram como a abordagem integrada é posta em prática na região.

«O PATRIMÓNIO E SUAS OPORTUNIDADES» PARA A HISTÓRICA PAISAGEM URBANA DE REGENSBURG

É essencial estabelecer um equilíbrio entre as diferentes funções para a conservação da zona antiga da cidade.

O centro da cidade de Regensburg, com a sua arquitectura única, faz parte da Lista de Património Mundial da Humanidade: os antigos edifícios, que remontam à Alta Idade Média, preservam os vestígios da história da cidade como centro de comércio da Europa Central.

Hoje, a zona antiga da cidade deve satisfazer uma série de diferentes necessidades: as lojas de retalho, a habitação e as instalações de lazer devem adaptar-se às exigências de mobilidade e do turismo.

O projecto «Património e as suas oportunidades» (HerO) serve exactamente para atingir esse objectivo. O princípio orientador do projecto é que as paisagens urbanas históricas precisam de ser consideradas como organismos vivos que apenas podem sobreviver de uma forma integrada.

Em Regensburg está a ser realizado um trabalho no sentido de assegurar que a procura de novas infra-estruturas e de melhor transporte público seja atendida sem que se destruam as estruturas históricas. Objectivo: mantê-las atractivas para os habitantes e os turistas, ao mesmo tempo que se renovam os lucros para os lojistas locais. Existem boas práticas acumuladas no decorrer do tempo, sobre a maneira de enfrentar este desafio, tal como o «Conceito Retalho 2020», lançado com o intuito de ajudar os retalhistas da zona antiga da cidade a resistir à concorrência dos centros comerciais.

A cidade está a trabalhar no sentido de desenvolver um plano de gestão integrado do património cultural.

MUNIQUE E O INTERIOR – OLHAR PARA ALÉM DA CIDADE

A capital da Baviera é o centro económico da região, e o número de habitantes não tem parado de aumentar nas últimas décadas. Uma abordagem integrada poderá servir para que este crescimento seja sustentável.

Munique faz parte da CityRegion.Net, uma rede em que os parceiros se entreejudam no sentido de melhorar a cooperação regional, e sobretudo lutar contra a questão de periferia urbana. Munique está a desenvolver várias medidas no sentido de melhorar a cooperação entre a cidade e o interior da região onde se encontra.

Um dos primeiros passos foi a elaboração de uma resenha das boas práticas no domínio das actividades de RP, para estimular a utilização de actividades conjuntas regionais e criar uma identidade regional.

Foi criado um grupo de trabalho composto por actores-chave: a Região Metropolitana de Munique; autarquias da região; a empresa de transportes públicos da região, MVV; universidades; autoridades de planeamento regional; e o Ministério da Economia, Infra-estrutura, Transportes e Tecnologia do Estado da Baviera.

Este grupo de trabalho identifica as áreas problemáticas e apresenta soluções possíveis. A cooperação tem sido bem-sucedida em áreas como o planeamento e manutenção dos espaços recreativos – lagos públicos e ciclovias - e nas questões de transporte com a prevenção dos engarrafamentos de trânsito.

O PROJECTO DE BIOENERGIA DE BAYREUTH INTEGRA PREOCUPAÇÕES AGRO- AMBIENTAIS E ENERGÉTICAS.

Bayreuth foi eleita como uma das 25 regiões-modelo de bioenergia a nível nacional, graças à sua utilização de conceitos inovadores para alcançar uma aplicação sustentável do uso de bioenergia.

E porquê Bayreuth? «Numa região que se caracteriza pelo facto de 90% do seu território serem terras agrícolas e florestas, Bayreuth tem as condições ideais para a utilização da bioenergia,» afirma Alexander Popp, gestor regional. «Metade das necessidades em energia das famílias é satisfeita através da bioenergia, criando por sua vez novos empregos, e gerando lucros de cerca de mais de € 50 milhões».

Com a integração das preocupações ambientais, de produção agrícola e as necessidades de energia, a bioenergia oferece uma oportunidade única para que a relação entre a cidade de Bayreuth e as áreas rurais, que a rodeiam, seja benéfica para ambas – a bioenergia criada na região pode ser rapidamente transferida para a cidade.

Como é que a região está a tentar atingir um aumento significativo dessas transferências? Os projectos incluem um estudo das culturas bioenergéticas, o desenvolvimento de materiais pedagógicos, medidas no sentido de melhorar a eficiência energética das plantas bioenergéticas e até de artes plásticas: o projecto «energia-em-arte», apresentado no Open Days 2009, tem como objectivo o envolvimento do público em geral.

A INTEGRAÇÃO EM ACÇÃO

Analisamos a maneira como a natureza da política regional localizada contribui para a elaboração de políticas integradas. Em seguida, são expostos três exemplos da maneira como a política regional se encaixou noutras áreas prioritárias de acção da UE, complementando estratégias temáticas através de acções específicas no terreno.

Inovação – criar uma perspectiva de negócios nas regiões

A inovação é primordial para que as empresas europeias possam ser e manter-se competitivas. Existem ainda muitas disparidades entre as regiões nesta matéria. Quase 25% da política dos fundos de coesão para o período 2007-13 foi reservada para as iniciativas de inovação e I&D.

Mas os fundos apenas não chegam: são necessárias soluções eficientes e personalizadas para assegurar que a inovação se transforme em lucros. Este princípio aplica-se muito mais hoje, em período de crise, em que as empresas tendem a questionar o montante investido em inovação, pois não vêem resultados imediatos.

De que forma pode ser dado um apoio mais efectivo à inovação? Um dos aspectos a ter em conta é o conjunto de condições presentes numa dada região; outro é a criação e utilização de competências. Estas são as razões pelas quais a DG Empresas e Indústria e a DG para a Política Regional estão a trabalhar em conjunto no sentido de fazer com que a inovação seja sinónimo de benefícios para as regiões.

Estão a ser desenvolvidos instrumentos adicionais com o objectivo de criar uma base de conhecimento: o novo «Monitor Regional da Inovação», uma ferramenta que analisa as políticas e estratégias de inovação regionais, irá complementar as iniciativas já existentes, tal como o «Painel Europeu de Inovação» e a «Quadro de Tendências políticas-INNO».

O «Observatório Europeu dos Clusters» fornece uma análise quantitativa dos clusters empresariais e um mapa das organizações de clusters na Europa. Os clusters são uma das forças motoras da inovação nas regiões. Os esforços da Comissão no sentido de os tornar numa plataforma de reprodução de excelência são apoiados através do financiamento de projectos regionais, que incluem a criação e desenvolvimento de clusters. A melhoria na gestão dos clusters é definida através da Iniciativa Europeia para a Excelência dos Clusters graças a ferramentas e esquemas de formação organizados pelas regiões e organizações de clusters.

A troca de boas práticas entre as regiões é fomentada através de iniciativas, tais como a rede independente das «Regiões Inovadoras na Europa» (IRE), lançada no âmbito da política de inovação da Comissão. Existem ainda inúmeras outras iniciativas de rede que envolvem elementos da política regional e de inovação. A rede RAPID, um dos projectos prioritários no âmbito da iniciativa «Regiões e a mudança económica», tem como objectivo equipar o sector público com melhores ferramentas que fomentem a inovação no mercado.

Embora a política de inovação ajude a desenvolver novos conceitos, a política regional é quem fornece grande parte do financiamento que permite que estes conceitos se tornem numa realidade. Os serviços de inovação e as indústrias criativas são dois exemplos destas novas áreas importantes.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIU:

http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/index_en.htm



Política marítima – a dimensão do mar numa abordagem localizada

Contrariamente à política de inovação e seus objectivos horizontais, a política marítima da UE baseia-se numa abordagem integrada. A nova política integrada foi lançada em 2006 com um enfoque na dimensão regional, no sentido de atender às especificidades destas regiões da maneira mais eficiente.

Com 22 países costeiros membros, e uma linha costeira sete vezes mais comprida do que a dos Estados Unidos, as regiões marítimas representam uma grande parte do território da UE. Representam igualmente quase metade da população e do PIB da UE. Também a lista de actividades económicas e recreativas relacionadas com o mar é longa: para além das pescas, o transporte marítimo e a construção naval, inclui ainda a geração de electricidade, a investigação, o turismo e a aquicultura, entre outras.

«A coesão territorial baseia-se tanto na dimensão de mar como de terra», resume Eddy Hartog, Chefe de Unidade responsável pelo Atlântico, Regiões Ultraperiféricas e Ártico na Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e Pescas. Eddy Hartog explica a forma como as duas políticas se complementam naturalmente uma à outra: os diferentes objectivos estabelecidos para a política marítima vão mais longe, graças aos investimentos específicos nas regiões costeiras provenientes dos fundos regionais.

Os objectivos definidos no «Livro Azul» para uma política marítima integrada, apresentados pela Comissão em 2007, vão desde a exploração sustentável dos mares através de uma base de conhecimento mais alargada, a uma melhor qualidade de vida nas regiões costeiras e à liderança internacional da UE e visibilidade dos assuntos marítimos.

Com linhas costeiras que atravessam muitas fronteiras nacionais, a maioria dos investimentos regionais relacionados com a política marítima requerem um financiamento transfronteiriço e transnacional através dos programas INTERREG, que abordam temas como a poluição marítima e o desenvolvimento da cooperação marítima.

Os fundos regionais são igualmente orientados para a investigação marítima, formação de trabalhadores marítimos e protecção do património cultural e natural.

A Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico é um exemplo de uma política marítima e regional conjunta para se atingir uma acção que beneficie toda uma região em termos de prosperidade, ambiente, acessibilidade e segurança.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

<http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/>

Mudanças climáticas – acção local contra o aquecimento global

Actualmente nenhuma iniciativa de desenvolvimento regional pode ser empreendida sem que se verifique se a mesma respeita a sustentabilidade ambiental. A nova Direcção-Geral da Acção Climática da Comissão, criada em Fevereiro deste ano, foi lançado com o objectivo de acelerar a luta contra o aquecimento global e assegurar que o alvo ambicioso de redução de 20% das emissões de dióxido de carbono até 2020 é atingido. Este passo em direcção a uma maior sustentabilidade é combinado por uma fatia mais elevada do que nunca de fundos regionais atribuídos a projectos amigos do ambiente.

Muitos dos desafios que envolvem o combate às mudanças climáticas só podem ser enfrentados localmente. Por exemplo, as preocupações com o clima precisam de ser tidas em conta quando se investem os fundos regionais numa infra-estrutura em larga escala, tal como estradas e redes de transportes públicos. Da mesma forma, a mitigação das mudanças climáticas será diferente de acordo com a situação específica da região: podendo resultar no financiamento da investigação na área das tecnologias limpas, investimentos para evitar as cheias e a desertificação, ou incentivos para as empresas limitarem a poluição.

Embora as medidas de redução dos gases com efeito de estufa nos beneficiem a todos, também, os investimentos na economia ecológica também se traduzem localmente em benefícios para as regiões ao criarem empregos e melhorando a competitividade das empresas locais.

Graças à natureza variada destes investimentos, as acções a nível regional estão a contribuir para o objectivo proposto pela própria DG Acção Climática: um «exame ambiental» a todas as políticas da UE, desde a agricultura e desenvolvimento rural à saúde, água, indústria e investigação.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

http://ec.europa.eu/climateaction/index_en.htm



DESENVOLVIMENTO URBANO E POLÍTICA INTEGRADA

Desenvolvimento urbano integrado – no âmbito da Política de Coesão europeia e um objectivo apoiado pelos seus programas. As cidades e as regiões da União Europeia usam a elaboração de políticas integradas para apoiar o desenvolvimento urbano sustentável e inovador. Este «acervo urbano» comum é essencial para o êxito da actual política e tem grandes probabilidades de vir a ser um dos principais objectivos da política pós-2013.

Por que são as cidades importantes

As cidades são o motor do crescimento regional e a chave para a competitividade da UE no mundo. O grande desafio das cidades e vilas é atrair habitantes e empresas e manter os espaços urbanos atraentes, onde as pessoas queiram trabalhar e viver. Precisam de ser encontradas soluções para os problemas que as cidades enfrentam, e dessa forma permitir-lhes que aproveitem as oportunidades que surgem.

O desenvolvimento urbano precisa de ser apoiado a todos os níveis, e apesar de a UE não estar directamente envolvida nas políticas urbanas aplicadas pelos Estados-Membros, é do conhecimento geral que as suas políticas, em especial as que estão relacionadas com a Política de Coesão, têm um impacto directo. E este facto não pode ser esquecido.

Olhar para o passado: o apoio da Política Regional ao desenvolvimento urbano integrado

As duas últimas décadas foram férteis em iniciativas da UE lançadas no âmbito do desenvolvimento urbano. Na génese estão os Projectos-piloto Urbanos (1989-1999), que visavam, o desenvolvimento económico, acções ambientais ligadas aos objectivos económicos, reabilitação dos centros históricos e exploração dos activos tecnológicos das cidades. 59 Projectos foram apoiados em 14 Estados-Membros em duas fases.

A Iniciativa Comunitária URBAN (1994-2006) baseou-se na experiência reunida durante os projectos-piloto em 200 cidades europeias. O URBAN disponibilizou € 1.6 mil milhões em assistência comunitária em dois períodos de programação. O principal período do URBAN (2007-2013) serviu para incluir a Iniciativa Comunitária URBAN nos Programas Operacionais nacionais e regionais (PO) ao abrigo dos objectivos de Convergência e Competitividade Regional e Emprego.

Quais são os objectivos?

Todas estas actividades a nível europeu visam atingir os objectivos políticos seguintes:

- Reforço da prosperidade económica e aumento do emprego nas zonas urbanas;
- Promover a igualdade, a inclusão social e a reabilitação das zonas urbanas;
- Proteger e melhorar o ambiente urbano no sentido de se atingir a sustentabilidade local e global;
- Contribuir para a boa governança e apropriação local.

Este passo importante permitiu a integração de diferentes políticas sectoriais e temáticas nas cidades europeias. Pela primeira vez, todas as cidades europeias se tornaram em potenciais beneficiários do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

O programa em rede de desenvolvimento urbano URBACT (2002-2013) forneceu um apoio suplementar à troca de *know-how* e de experiências entre cidades e profissionais em questões urbanas de toda a Europa.

A Auditoria Urbana fornece, desde 2003, dados factuais sobre a situação das cidades europeias e disponibiliza actualmente dados comparativos relativos a 321 cidades de toda a UE. Em 2010, esta informação foi complementada com a publicação de um Atlas Urbano, que oferece mapas digitais detalhados de mais de 300 áreas Urbanas Controladas com base em imagens de satélite.



Mas será que está tudo a funcionar bem?

A «Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis» (2007) recomenda uma maior utilização de políticas de desenvolvimento urbano integrado e uma especial atenção às zonas despojadas. Neste sentido, o Programa URBAN está a ter um impacto positivo.

Tendo em consideração o facto desta mudança de práticas ter ocorrido a meio do maior alargamento da UE, e também do facto de muitos países estarem a usar estas iniciativas pela primeira vez, poderá dizer-se que se trata de uma proeza. Metade dos PO têm uma dimensão urbana forte e cerca de € 10 mil milhões do FEDER foram canalizados para investimentos urbanos. Contudo, esta integração tem os seus limites. Nos próximos anos, será importante utilizar o potencial máximo dos programas da Política de Coesão e abordar as principais alternativas de melhoramento:

- Os agentes urbanos devem ser envolvidos na concepção e desenvolvimento dos programas, e as autoridades precisam de fazer mais para os acolher;
- Apesar de uma abordagem integrada ser exigente, nas situações complexas tem, em geral, melhores resultados. Este facto deve ser considerado;
- Os programas devem estar concentrados em melhorar as cidades. O que implica frequentemente ser inovador e não conservador. Existem muitas oportunidades, e a Iniciativa Comunitária URBAN fornece os melhores exemplos de inovação;
- O intercâmbio de conhecimentos é um factor-chave para o sucesso. Este intercâmbio pode ser realizado entre cidades com mais ou menos experiência.

Integração, uma nova dinâmica

Ainda há muito para fazer no sentido de garantir que as políticas de desenvolvimento urbano funcionem e integrem uma variedade de objectivos, e vertentes, em vez de se concentrarem num único sector.

Uma iniciativa promissora neste domínio foi lançada 2008, em Marselha, na qual os Estados-Membros se comprometeram a criar um Quadro de Referência Europeu comum para as Cidades Sustentáveis, no sentido de promover a aplicação da Carta de Leipzig a nível local. Este quadro está actualmente a ser desenvolvido para poder acolher um maior número de cidades participantes, Estados-Membros, Comissão Europeia e peritos em questões urbanas. O quadro oferecerá às cidades que entenderem, uma ferramenta prática que as ajudará a aplicar uma abordagem integrada sempre que desenvolverem estratégias e projectos, e tiverem que equilibrar as suas necessidades e interesses.

No futuro, será necessário um empenho político forte a todos os níveis para se implementar mais aprofundadamente o «Acervo Urbano» europeu, como parte integral da coesão territorial. As cidades são, na verdade, essenciais para uma Europa saudável e rica. São os locais onde se encontram muitos dos desafios actuais e futuros – e são pontos-chave para tornar as economias europeias mais fortes, mais ecológicas e socialmente inclusivas. O que faz do reforço das políticas urbanas por toda a União Europeia, uma das principais prioridades políticas da Comissão.



APOIO COMUNITÁRIO

AO DESENVOLVIMENTO URBANO

A nova Comissão em funções está a relançar os objectivos políticos. Neste sentido, foi feito muito trabalho de aprofundamento das estratégias para o próximo período de programação, pós-2013. Fevereiro foi, por conseguinte, o mês ideal para organizar uma conferência sobre como melhor utilizar o apoio comunitário no desenvolvimento urbano. A Panorama revê alguns das discussões.

As cidades que beneficiam da Política de Coesão

Cidades: 70% dos habitantes da UE vivem em cidades, apesar disso, não existe uma política específica da UE sobre o desenvolvimento urbano.

Cerca de 120 pessoas provenientes de uma série de organizações, reuniram-se para ouvir os oradores e falar sobre as suas próprias ideias no seminário que decorreu em Bruxelas a 4 de Fevereiro, intitulado «Beneficiar de 20 anos de apoio comunitário ao desenvolvimento urbano» e que serviu para analisar as implicações da Política de Coesão da UE nas nossas vilas e cidades.

Os trabalhos foram divididos em três sessões, tendo a primeira sido dedicada à análise da contribuição da UE para o desenvolvimento urbano, a segunda à reflexão sobre o futuro e a última às conclusões, nas quais participaram um painel de personalidades políticas de alto nível, celebrando assim 20 anos de apoio ao desenvolvimento urbano.

A contribuição até hoje

Desde o seu início em 1989, a Política de Coesão da UE tratou as questões relacionadas com as disparidades no interior das cidades e dos bairros desfavorecidos. Esta realidade deve-se sobretudo

às diferenças em riqueza e crescimento no interior de uma cidade e ao facto de serem, por vezes, maiores do que as diferenças entre as regiões na Europa menos desenvolvidas e as mais desenvolvidas. Estas desigualdades foram obstáculos para o crescimento, e a tentativa de reduzir o seu número

foi o ponto de partida para a primeira acção a nível comunitário. Os oradores da primeira sessão analisaram a contribuição dos programas URBAN para o desenvolvimento.

Marcos – no caminho certo!

Apesar do seu pequeno orçamento (0,4% da dotação para a Política de Coesão 2000-2006), a Iniciativa Comunitária URBAN foi muito bem-sucedida e apreciada por toda a UE. Os 180 programas individuais serviram para testar novas abordagens no âmbito do desenvolvimento urbano e deram uma forte contribuição à inovação da Política de Coesão.

A dimensão do desenvolvimento urbano foi alargada no período de programação 2007-2013. A abordagem deixou de ser experimental e foi integrada em todos os programas da Política de Coesão.

Apesar de ainda ser demasiado cedo para tirar conclusões, é já claro que o aumento das dotações de 0,4% para 3% do total afectado ajudou a reforçar o desenvolvimento urbano. Ainda assim, também foram registados fracassos, sendo o mais notável a perda do carácter inovador da dimensão urbana sempre que se utiliza uma abordagem integrada.

« A abordagem integrada atingiu um amplo consenso e é utilizada plenamente em programas urbanos por todas as regiões de Espanha. Aliás, é uma abordagem indissociável da programação da Política de Coesão. »

Beatriz CORREDOR SIERRA
Ministra da Habitação de Espanha

O que nos reserva o futuro?

Existem desafios pela frente, designadamente em relação à polarização económica e social. As mudanças demográficas representam um enorme desafio, especialmente pelo facto de algumas áreas se caracterizarem por influxos de pessoas em zonas já densamente povoadas e congestionadas, ao passo que outras zonas enfrentam uma diminuição da população em envelhecimento, visto que tanto os jovens como os trabalhadores qualificados se vão embora. As cidades são o contexto perfeito para as abordagens experimentais de base, que agem como incubadoras de soluções inovadoras.

« Todos os níveis estão implicados – mas precisamos de administradores locais de boa qualidade, precisamos de investir no pessoal. No futuro, terão que ser mobilizados todos os níveis de Governo. »

Danuta HÜBNER
Eurodeputada, Presidente da Comissão REGI do Parlamento Europeu, antiga Comissária da Política Regional

« As cidades precisam de ser parceiros activos na preparação do período de programação 2014-2020 e os Estados-Membros devem apoiar uma dimensão urbana forte nesta próxima fase das regulamentações da Política de Coesão. »

Rudolf NIESSLER
Director da Coordenação da Política, Direcção-Geral da Política Regional, Comissão Europeia

AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS – UMA ABORDAGEM INTEGRADA

As regiões ultraperiféricas (RUP) são uma característica única da União Europeia (UE) devido ao seu isolamento e condições daí resultantes, com um impacto na maneira como se desenvolvem e operam. Este estatuto especial está reconhecido nos documentos oficiais e levou a UE a implementar uma estratégia abrangente e integrada, especialmente feita à medida das suas circunstâncias.

Geograficamente distantes e com situações económicas específicas, as nove RUP da UE – Ilhas Canárias, Açores, Madeira, Martinica, Guadalupe, Guiana francesa e Reunião, bem como Saint Martin e Saint Barthélemy – apesar de separadas, participam activamente nas suas próprias políticas.

O facto de serem ultraperiféricas, um conceito introduzido pelo Tratado de Amesterdão (1997) e reforçado no Tratado de Lisboa, significa que padecem de vários constrangimentos, que vão desde o seu afastamento, à insularidade, ao facto de possuírem uma superfície pequena, paisagens escarpadas e climas duros, bem como dependerem economicamente de um pequeno número de produtos. É, por conseguinte, necessária a adaptação de todas as políticas da UE às realidades quotidianas destas regiões.

Em 2004, a UE lançou uma estratégia europeia global e integrada para as RUP. A abordagem transversal da estratégia pretende, antes de mais, reduzir as adversidades físicas, promover a sua competitividade e integrá-las na região local.

A UE está a desenvolver estas três prioridades através da implementação combinada de medidas específicas em diversas políticas: política de coesão, fiscalidade e agricultura, bem como pescas, concorrência, transporte, investigação e políticas ambientais. A prioridade dada à dimensão horizontal do impacto das medidas das políticas europeias, relativamente às RUP, tornou-se num foco de permanente atenção.

Um dos fundos especiais atribuídos ao abrigo do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) visa promover a melhoria da acessibilidade destas regiões, designadamente na área dos transportes.

Uma maior competitividade nas RUP serve para promover avanços na área da inovação e da sociedade de informação e assegurar a sua plena participação na Estratégia de Lisboa.

O reforço da sua integração regional no contexto local é apoiado, em parte, pelos diferentes programas de «cooperação territorial» co-financiados pelo FEDER.

A Comissão Europeia decidiu criar, em particular, um departamento para tratar estas questões no interior da Direcção-Geral para a Política Regional, num esforço para melhorar a coerência e a coordenação das acções. Foi ainda criado um grupo RUP interdepartamental. Uma parceria especial oferece às RUP e aos Estados-Membros a oportunidade para redigir um memorando que será enviado à Comissão. A parceria inclui igualmente conferências de trabalho de ordem técnica e política.

A presença do Comissário Europeu da Política Regional na reunião anual da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, bem como a organização de um grande Fórum das Regiões Ultraperiféricas da Europa de dois em dois anos em Bruxelas, a partir de Maio de 2010, demonstram claramente este esforço.

A Comissão parece querer seguir o método de abordagem integrada no que respeita às RUP. Sem ele, a relação entre a coesão territorial e a competitividade poderia estar comprometida. A abordagem integrada oferece a possibilidade de serem impostas condições territoriais às políticas sectoriais. Tende a reunir os diferentes actores e os níveis de decisão, mas também os sectores de actividade. Por último, garante que a territorialidade e as circunstâncias únicas locais sejam consideradas em todas as fases da acção europeia.



Política de Coesão: no coração da Estratégia Europa 2020

A Comissão lançou a 3 de Março a Estratégia 2020, cujo objectivo é preparar a economia da UE para a próxima década. A coesão territorial, social e económica continuará a estar no centro das preocupações da Estratégia 2020, para assim garantir que as sinergias e as capacidades estejam mobilizadas e concentradas na persecução das prioridades da Estratégia. A Estratégia Europa 2020 sublinha o papel da Política de Coesão como meio essencial para se atingir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, tanto nos Estados-Membros como nas regiões.

A Estratégia assenta em três vectores fundamentais interdependentes e que se reforçam mutuamente: crescimento inteligente, desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação; crescimento sustentável, promoção de uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos ao mesmo tempo que reforça a nossa competitividade; e uma economia inclusiva, que fomente a taxa de participação no mercado do trabalho e tenha como pano de fundo a coesão social e territorial.

Os progressos para alcançar estes objectivos serão avaliados em função de cinco objectivos representativos a nível da UE, que os Estados-Membros deverão traduzir em objectivos nacionais, tendo em conta os seus diferentes pontos de partida:

- 75 % da população de idade compreendida entre 20 e 64 anos deve estar empregada.
- 3 % do PIB da UE deve ser investido em I&D.
- os objectivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos.
- a taxa de abandono escolar deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma do ensino superior.
- 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza.

A Política de Coesão dará uma contribuição importante para se atingirem os objectivos da Estratégia Europa 2020, já que é uma das maiores fontes de financiamento da UE para os Estados-Membros – e a mais importante dedicada ao investimento e desenvolvimento. A Política de Coesão tem uma dotação de aproximadamente € 350 mil milhões e divide-se em três fundos – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE) e Fundo de Coesão. A maior fatia destes fundos – cerca de € 230 mil milhões – já está praticamente canalizada para investimentos em áreas-chave da agenda Europa 2020, que consiste numa série de iniciativas para melhorar a inovação e criar uma economia competitiva, interligada e mais ecológica.

No seguimento da adopção desta Estratégia em Março, a Comissão publicou o seu primeiro Relatório Estratégico sobre

a Política de Coesão, que tem em conta os programas de implementação da mesma, e se realiza a meio do período de financiamento 2007-2013. Apesar da crise económica mundial, o relatório refere a existência de um forte empenho na execução dos programas. Em toda a UE já foram seleccionados 27 % dos projectos, no valor de € 93 mil milhões.

O relatório descreve ainda claramente os tipos de projecto que foram seleccionados. Os progressos em áreas-chave, como a I&D e inovação, são positivos. Mais de um terço do orçamento total já foi afectado a projectos em domínios, tais como a promoção da investigação e inovação em pequenas e médias empresas, transportes urbanos limpos, ensino, e infra-estrutura para a saúde. Contudo, o relatório também conclui que deve ser feito mais no sentido de acelerar a execução dos projectos no sector ferroviário, da energia e do ambiente, e na expansão da Internet de alta velocidade e da economia digital.

O lançamento da Estratégia Europa 2020 contém igualmente uma série de desafios para a Política de Coesão. Ao tirar as lições da Estratégia de Lisboa de Crescimento e emprego, a Política de Coesão pode contribuir para o sucesso da Europa 2020, avançando para uma coesão mais económica, social e territorial, que é aliás um dos objectivos da Estratégia UE 2020 e do Tratado de Lisboa (agora em vigor). Esta Estratégia pode ainda melhorar a questão da apropriação, pois envolve os agentes locais e regionais e oferece resultados tangíveis mais próximos dos cidadãos europeus no terreno.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

Europa 2020: Uma Estratégia para um crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo

http://ec.europa.eu/eu2020/index_en.htm





Igualdade de género – uma questão para as regiões

Integração da perspectiva de género na utilização dos Fundos Estruturais

Na sua 10.^a reunião, que decorreu a 19 de Março, o Grupo de Alto Nível sobre a integração da perspectiva do género na utilização dos Fundos Estruturais, mostrou o seu empenho no sentido de querer continuar a trabalhar em conjunto com os diferentes Fundos Estruturais, defendendo uma maior igualdade entre homens e mulheres, tanto em termos de política como na prática.

«As medidas em defesa da igualdade de género não devem variar consoante as circunstâncias,» afirma Daniela Bankier da Direcção-Geral do Emprego e Assuntos Sociais da Comissão – especialmente importantes em tempos de crise económica. A nova Comissão em funções e a proposta de Estratégia UE 2020 representam novas oportunidades para mais e melhor trabalho.

Durante a reunião, o presidente de sessão, Mikel Landabaso, chefe da Unidade Coordenação temática e inovação, DG Política Regional, apelou aos Estados-Membros que promovessem a integração da perspectiva de género sempre que atribuíssem fundos regionais pendentes no quadro da actual programação 2007-2013. A reunião incluiu também a apresentação de uma série de exemplos de boas práticas dos Estados-Membros, tendo um deles sido o projecto finalista da Suécia do prémio RegioStars 2010, que prevê um microcrédito para mulheres empresárias, para além de se terem discutido outros tópicos, como a avaliação e a nova Estratégia europeia sobre igualdade de género.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍLIO:

RegioStars

http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperation/interregional/ecochange/doc/regiostars2010_brochure.pdf

Solidariedade face às catástrofes

O mês de Fevereiro foi desencorajador para muitas pessoas na UE. A Madeira foi vítima de cheias e desabamentos de terra que deixaram para trás 45 mortos e 600 pessoas sem casa – ao passo que em França, 52 pessoas morreram devido ao Furacão Cintia que afectou a costa atlântica, deixando um milhão de habitações sem electricidade.

O Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) foi criado em 2002 para ajudar os países da UE que forem afectados por catástrofes naturais. O Comissário da Política Regional, Johannes Hahn, visitou ambas as regiões imediatamente após as ocorrências, para avaliar a forma como o Fundo poderia responder às necessidades das vítimas.

A 20 de Abril, as autoridades portuguesas apresentaram uma candidatura à ajuda no âmbito do Fundo, que está agora a ser avaliada pela Comissão. Em inícios de Maio, coube a França apresentar a sua candidatura. Se as candidaturas respeitarem os requisitos do Fundo de Solidariedade, a Comissão solicitará ao Parlamento Europeu e aos Estados-Membros que disponibilizem as verbas necessárias para a atribuição da ajuda. As verbas do Fundo de Solidariedade são um suplemento ao Orçamento normal da UE e daí que representem um verdadeiro acto de solidariedade por parte dos Estados-Membros.

Os fundos poderão ser usados para financiar as operações de emergência mais urgentes que são realizadas pelas autoridades públicas: por exemplo, reparação de infra-estruturas essenciais, pagamento de operações de salvamento ou provisão para alojamentos temporários para as vítimas e limpeza das terras e das aldeias devastadas. Embora os fundos do FSUE só sejam enviados alguns meses após a catástrofe, podem ser usados de forma retroactiva a partir da data de início das operações. Em caso algum, estão abrangidos os prejuízos em propriedade privada ou compensações pela perda de rendimentos.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍLIO:

o Fundo de Solidariedade da União Europeia

http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/solidar/solid_en.htm

http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/g24217_en.htm

Encerramento das intervenções dos Fundos Estruturais 2000-06

O prazo limite para a apresentação dos documentos de encerramento relacionados com as intervenções 2000-2006 é estabelecido quinze meses após a data final de elegibilidade.

Os Estados-Membros devem apresentar todos os documentos necessários à Comissão até essa data.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍLIO:

http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/2006/closure/index_en.htm



Em cada uma das suas edições, a Panorama visita dois projectos e analisa a forma como estão a ser implementados da perspectiva das pessoas que os estão a gerir. Analisamos os pontos altos e baixos da gestão de projectos financiados pelo FEDER: identificação dos problemas e partilha de soluções.

PROJECTO 1

NO INTEIRO DA POPAKADEMIE

Manheim é não só a cidade onde se encontra o Musikpark com os seus 2 000 m², mas é também onde está instalada a única universidade que oferece cursos de música moderna – A Universidade de Música Popular e Empresas de Música, ou Popakademie. Nesta edição, a Panorama visita a Popakademie, projecto irmão do Musikpark, nosso destino habitual.

Os resultados deste ano correspondem às expectativas de todos

Na Popakademie, os planos do ano passado estão a dar os seus frutos com o novo programa de Mestrado no domínio da música pop e experiência nas empresas de música. O edifício original tem agora dois andares adicionais, dispondo assim de mais espaço para as salas de aula, salas de ensaios e estúdios de gravação. O moral dos alunos e do pessoal está em alta e existem agora novas oportunidades para trabalhar com músicos de outros países.

Desenvolver a reputação internacional da academia

Um dos elementos protagonistas desta academia é o Curso Internacional de Verão que foi lançado no ano passado. Durante uma semana, no início do mês de Agosto, 80 estudantes reúnem-se para combinar talento e cultura numa união rica em estilos musicais. Muitos são provenientes de academias de música europeias, mas alguns chegam a vir de bem mais longe, inclusive dos Estados Unidos e da China.

Trata-se de um excelente complemento para os contactos internacionais que a academia já tinha começado a desenvolver. Foi criada uma nova banda com músicos de Dublin e todos estão entusiasmados com a possibilidade de poder ir mais longe.

Oportunidades como a referida acima, podem elevar a academia a um nível superior, mas a este respeito, o Director, Udo Dahmen, é mais reservado: «Uma maior coordenação do topo, em Bruxelas, podia servir para promover outros eventos europeus e internacionais,» diz Udo Dahmen. A reunião que decorreu em Janeiro sob a forma de Banda Europeia & Campo de negócios foi uma excelente oportunidade para os músicos profissionais se reunirem e estabelecerem novos contactos, mas estas ocasiões são poucas e espaçadas no tempo.

O contacto pessoal é essencial para o funcionamento dos projectos financiados pela UE

O FEDER, e outros fundos da UE, estão bem estabelecidos e dão a segurança imprescindível aos projectos, mas podem ir mais longe. Udo Dahmen tem inúmeras ideias em reserva, mas os procedimentos de candidatura a vários tipos de instrumentos de financiamento são difíceis de aprofundar, a não ser que se trabalhe directamente com os funcionários que nos podem orientar no meio deste labirinto das candidaturas.

Quando o financiamento da rede Muzone Europe terminou em 2007, o serviço nacional da Aprendizagem ao Longo da Vida em Bona (*Bundesinstitut für Berufsbildung*), deixou de ser responsável pelas candidaturas do projecto relacionadas com a academia, ao abrigo do programa Leonardo. Perdeu-se, nesse caso, o contacto pessoal, e agora os gestores de projectos têm que tratar directamente com a Agência Executiva, Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, em Bruxelas.

O apoio à academia a nível regional e nacional na Alemanha é forte, daí ser por vezes desencorajante quando nem todos os projectos são aceites. Esforços laboriosos no sentido de apresentar as candidaturas, culminam frequentemente com a rejeição dos projectos, porque não respondem de forma precisa aos requisitos dos programas da UE.

A um nível mais prático, a gestão quotidiana exigida pelos regulamentos da UE está agora mais bem enraizada e funciona com normalidade.

Facto e números

Contribuição FEDER: € 2.6 milhões

Co-financiamento nacional: € 776,000

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIO:

<http://www.popakademie.de/>



PROJECTO 2

NO INTERIOR DO CENTRE FOR NANOHEALTH (CNH) NA UNIVERSIDADE DE SWANSEA

Ao reunir o mundo da academia, o sector privado e o serviço Nacional de Saúde, o CNH trabalha no sentido de aplicar a nanotecnologia na detecção de doenças e identificação dos tratamentos adequados.

Avançar na criação de um negócio

Os negócios no Centre for NanoHealth estão a ganhar uma maior dinâmica com o aumento dos equipamentos e do pessoal. A equipa, que aguarda actualmente o fim da construção das suas próprias instalações na Universidade de Swansea, que deverão estar prontas em finais de 2011, continua a trabalhar serenamente em instalações provisórias em redor da Universidade.

Actualmente no segundo ano do seu plano de cinco anos, o CNH está no caminho certo e concentrado nos seus negócios e numa série de projectos. Depois de ter aumentado o número de equipamentos, o pessoal do CNH está a trabalhar com várias empresas e centros de investigação, no sentido de desenvolver a sua base de clientes. Vários centros de biomedicina estão a trabalhar com o CNH para desenvolver e testar novos produtos e processos. O CNH trabalha igualmente com empresas locais, algumas das quais se transferiram para Swansea para tirar partido dos serviços oferecidos pelo CNH, e os clientes procuram agora o Centro através do contacto com a entidade International Business Wales.

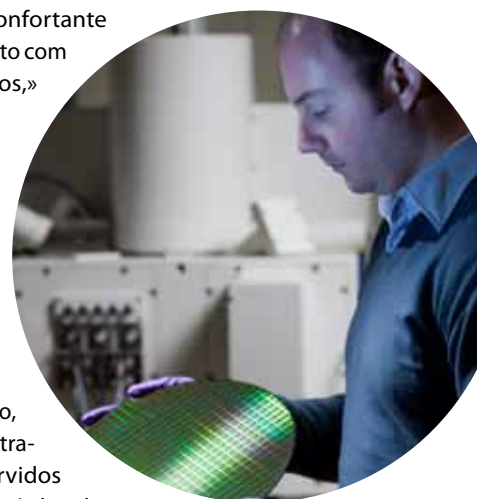
Tornar viável o processo de financiamento da UE

Os fundos do FEDER têm sido chave para a vitalidade do Centro, e o Director Tim Claypole é o primeiro a reconhecer que os lucros futuros do Centro, e a sua reputação irão reflectir igualmente o envolvimento da UE. A conclusão é de que, as más primeiras impressões sobre a burocracia da UE são um mal necessário para se atingirem ganhos. O trabalho diário de recolha de informações sobre as empresas dos clientes pode ser frustrante e lento; aliás, um verdadeiro fardo para a equipa de cientistas desejosa de avançar para novos desenvolvimentos. Os clientes são obrigados a fornecer uma série de dados antes de puderem ficar oficialmente registados como um projecto CNH, incluindo o seu volume de negócios, número de efectivos e, mais importante, o nível de financiamento estatal de que auferem. Os números raramente estão todos na posse da mesma pessoa; as empresas têm formas diferentes de registar os dados e também distintas pessoas responsáveis pelos mesmos. Daí que surjam discrepâncias aparentes entre as informações pedidas; se partirmos do princípio que uma empresa aplica a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, como se pode em seguida pedir dados sobre o género e a idade dos seus empregados!

Novos horizontes graças às redes na UE

Contudo, ao olhar mais para a frente, conclui-se que os dados relativos às empresas sobre novos projectos, o volume de negócios e os lucros também representam uma publicidade útil para o Centro e apoiarão a sua competitividade na conquista de novos negócios. Da mesma forma, as reuniões trimestrais dos projectos com o Gabinete de Financiamento Europeu do País de Gales (*Wales European Funding Office - WEFO*), que recolhe dados para a Comissão Europeia, servem para manter actualizada a informação e assegurar o fluxo regular de fundos. «Tudo começa a funcionar a partir do momento em que a estrutura de informação está criada, o que não é uma tarefa onerosa e é reconfortante saber que o WEFO está satisfeito com os projectos e procedimentos,» afirma Tim Claypole.

Os fundos da UE servem também para abrir novos horizontes para projectos de investigação colaborativa ao abrigo do Programa-Quadro europeu. As conferências organizadas pela UE e a rede CORDIS servem igualmente para descobrir quem são, o que são e onde estão as contrapartes. Não há negócios servidos numa bandeja, mas o trabalho árduo de hoje, através de redes de cientistas noutros Estados-Membros, é essencial para assegurar os projectos futuros e os actuais, para além dos contactos directos e com pares em toda a Europa. Tim Claypole está optimista em relação às perspectivas europeias do Centro: «Com o equipamento e a experiência de que dispomos, estamos sempre em busca de potenciais parceiros na área da investigação noutros países.»



Factos e números

Aproximadamente € 21 milhões deverão ser investidos no Centre for NanoHealth ao abrigo do objectivo de Convergência. Os primeiros financiamentos começaram em 2009, e irão continuar durante cinco anos.

PARA SABER MAIS, VISITE O SÍTIU:

<http://www.swan.ac.uk/nanohealth/>

PARTILHA DE IDEIAS E DOS RESULTADOS

Anunciados os vencedores do RegioStars

Foram anunciados os vencedores dos prémios RegioStars 2010 que recompensam os projectos mais inovadores no âmbito da política regional: os seis projectos vencedores vêm da Bélgica, da Suécia, da Lituânia (dois prémios), da Alemanha e de França. Os vencedores foram anunciados na presença de Johannes Hahn, Comissário Europeu da Política Regional, na cerimónio de entrega dos prémios, que teve lugar em Bruxelas, dia 20 de Maio de 2010.

Este ano, estavam em jogo seis prémios: dois CityStar award, três prémios para o domínio das TIC e um prémio para a informação e comunicação. Os projectos vencedores incluem a transformação das instalações de uma antiga mina num centro para inovação empresarial em Genk, na Bélgica; um instituto de microcrédito para mulheres imigrantes na Suécia; um projecto de iniciação de informática na Lituânia; o desenvolvimento de um dispositivo de vigilância ambulatória para tratamento à distância, em Brandenburg, na Alemanha; expansão da Internet de banda larga na região da Auvergne, em França; e um sítio Web oficial com informações sobre os instrumentos de ajuda estruturais da UE, na Lituânia.

Os vencedores receberam troféus em cristal que representam uma estrela, assim como um vídeo do projecto. As informações sobre os 24 finalistas, os critérios de elegibilidade e os membros do júri poderão ser consultados no sítio Web:

http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperation/interregional/ecochange/regiostars_en.cfm

As categorias para os prémios 2011 foram anunciadas em Janeiro de 2010, e as candidaturas podem ser entregues até 16 de Julho de 2010.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: VÍDEOS DISPONÍVEIS NESTE SÍTIO:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/video/regiostars2010/genk_fr.wmv



Internet de banda larga na Auvergne, França



Centro C-Mine, Genk, Bélgica



Novo modelo de negócios de vigilância ambulatória para tratamento à distância, Brandenburg, Alemanha



Iniciação de informática para o cidadão da era digital, Lituânia



Instituto de micro-crédito, centro-leste da Suécia

CONFERÊNCIA ANUAL URBACT 30 DE NOVEMBRO DE 2010 EM LIÈGE (BÉLGICA)

A conferência anual reúne os principais actores das 300 cidades e parceiros URBACT: autarcas, profissionais, membros da sociedade civil, peritos, representantes dos Estados-Membros e da Comissão Europeia, assim como os que desejem participar nos debates interactivos e concretos sobre os desafios urbanos vitais.

Este ano, o URBACT apresentará e debaterá os resultados do seu estudo «Respostas das cidades à crise».



Europa 2020: competitividade, cooperação e coesão para todas as regiões

Organizada anualmente desde 2003, a Semana Europeia das Regiões e das Cidades – Open Days, oitava edição, decorrerá este ano entre 4 e 7 de Outubro. Este importante evento, que é organizado conjuntamente entre a Direcção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia (DG Regio) e o Comité das Regiões (CR), prevê que sejam organizados mais de 100 conferências e seminários em Bruxelas.

Contudo, o Open Days não é apenas um acontecimento que decorre em Bruxelas: os parceiros têm previsto organizar 260 eventos locais em toda a Europa. No total, esperam-se mais de 6 000 participantes, incluindo representantes das autoridades locais, regionais e nacionais, bem como funcionários da UE, académicos e meios de comunicação.

Competitividade, cooperação e coesão

Na esteira da nova Estratégia Europeia UE 2020 e das discussões sobre o futuro da Política de Coesão da UE pós-2013, a edição dos Open Days deste ano irá concentrar-se em três temas principais: competitividade, cooperação e crescimento económico.

- Seminários sobre a competitividade que servirão para debater a dimensão regional da inovação, do desenvolvimento e do crescimento económico ecológico.
- Grupos de trabalho sobre a cooperação, cujas discussões incidirão sobre a cooperação transfronteiriça, sobre os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) e o potencial das macro-regiões, como futuro instrumento de colaboração regional.

Os grupos de trabalho debruçar-se-ão sobre:

- O lugar dos jovens, migrantes e idosos na cidade de hoje e do futuro, e o valor acrescentado das políticas urbanas integradas na resposta a estas matérias.
- Os elementos-chave do sucesso para as cidades e vilas.
- Sustentabilidade, eficiência energética e opções financeiras.
- Avaliação intercalar do URBACT. Como melhorar o impacto a nível local dos intercâmbios transnacionais?

A partir de Setembro pode inscrever-se em: www.urbact.eu

Para mais informações: Departamento de Comunicação do URBACT – 00 33 (0)1 4917 4581

- Por último, serão organizados eventos sob o tema da coesão para discutir conceitos da coesão territorial e social. As discussões debruçar-se-ão igualmente na forma de integrar melhor as diferentes políticas a nível local.

Oportunidade de trabalho em rede

Além dos seminários e grupos de trabalho, os Open Days serão também uma excelente oportunidade para a troca informal de opiniões. Por exemplo, o «Meeting Place» no Comité das Regiões servirá para a organização de encontros informais e para se desenvolverem as redes de contactos. Este local será ainda palco de exposições, permitindo aos parceiros exibirem os seus projectos, mostrarem as melhores práticas e apresentar parcerias público privadas, juntamente com outros temas da economia ecológica regional, soluções ecológicas sustentáveis e cooperação territorial.

Através da Universidade Open Days, que reúne académicos e investigadores, será apresentada a opinião académica sobre o desenvolvimento regional e a Política de Coesão, e fomentar-se-á o debate sobre estas ideias. Por último, o tradicional palco Open Days será erigido à entrada do principal edifício da Comissão Europeia, permitindo às regiões apresentar as suas melhores práticas através de meios mais criativos tal como a música, a dança e peças de teatro.

Ponto alto da política regional

Desde a primeira vez em que foi organizada em 2003, a Semana Europeia das Regiões e das Cidades – Open Days depressa se tornou num ponto alto anual da política regional, atraindo um número cada vez maior de pessoas todos os anos. Só este ano, 245 regiões e 34 cidades registaram-se como parceiras deste evento – muitas mais do que em anos anteriores. O enorme sucesso do evento foi recentemente reconhecido durante uma cerimónia de entrega de prémios no âmbito da *Brussels Meetings Week*, uma conferência europeia que reúne especialistas do sector da organização de reuniões.

O Open Days 2009 foi galardoado com o prémio de «Melhor Evento 2009» na categoria de «Reuniões de Associações e de Instituições» em reconhecimento da sua inovação e prestígio nacional e internacional que trouxeram à cidade de Bruxelas – o que acrescenta um incentivo para que a edição do Open Days deste ano seja mais um evento de grande êxito.

O programa final e as inscrições em linha estão disponíveis no sítio Web do Open Days em:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/od2010/index.cfm?nmenu=1&sub=100

DATAS	EVENTO	LOCAL
23–24 Setembro (a confirmar)	Inclusão da comunidade Roma: a recolha de dados e avaliação, à política baseada em provas http://ec.europa.eu/regional_policy/	Bruxelas (BE)
23–24 Setembro	11.º Fórum Económico do Báltico – «A Estratégia UE para tornar a região do Mar Báltico mais competitiva» http://www.conferences.lv/	Riga (LV)
4–7 Outubro	Open Days – 8.ª Semana Europeia das Regiões e das Cidades – «Objectivo 2020: competitividade, cooperação e coesão para todas as regiões» http://www.opendays.europa.eu/	Bruxelas (BE)
13–14 Outubro	Fórum anual sobre a Estratégia UE para a região do Mar Báltico http://www.bsssc.com/news.asp?id=8657&pid=79&sid=79	Talin (EE)
Outubro	Instrumentos de microcrédito http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/2007/jjj/	Bruxelas (BE)
18–19 Novembro	Conferência JESSICA e JEREMIE http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/2007/jjj/	Bruxelas (BE)
30 de Novembro–1 Dezembro	Conferência anual Urbact	Liège (BE)
31 Janeiro 2011–1 Fevereiro 2011 (a confirmar)	5.º Fórum Europeu da Coesão	Bruxelas (BE)

Para mais informações sobre estes eventos, consulte a secção Agenda no sítio Web da Inforegio:
http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/

Contamos examinar numa das últimas edições da Panorama a forma como a crise económica mundial, iniciada em 2008, expôs as fraquezas estruturais em muitos países e regiões da Europa, independentemente do seu nível de desenvolvimento económico e social. Serão ainda analisadas as diversas respostas dadas através da Política de Coesão europeia e a Panorama acolhe com agrado todas as contribuições e exemplos de projectos a este respeito.

Se desejar partilhar com outros trabalhos interessantes no âmbito das temáticas referidas acima, se tiver perguntas ou quiser expressar a sua opinião sobre estes ou quaisquer outros temas da Política Regional, contacte-nos por e-mail para:

regio-panorama@ec.europa.eu

KN-LR-10-034-PT-C

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2010
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional
Unidade B.1 - Comunicação, Informação e Relações com Países Terceiros
Raphaël Goulet
Avenue de Tervueren 41, B-1040 Bruxelas
Correio electrónico: regio-info@ec.europa.eu
Sítio web: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm